

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Bolsista: Izabel Cristina de Lima Nascimento

Humaitá

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIBIC – PIB-B023- 2013/2014
O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Bolsista: Izabel Cristina de Lima Nascimento, FAPEAM

Orientadora: Prof^a Dr^a Viviane Vidal da Silva

Humaitá

2014

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
3	METODOLOGIA.....	11
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	15
5	CONCLUSÃO.....	21
	REFERÊNCIAS.....	22

Resumo

As questões ambientais em geral têm assumido cada vez mais importância e vêm fazendo parte da vida cotidiana de todos nós. A Educação Ambiental (EA) surge no cenário mundial como uma área a ser implementada, tendo em vista a crescente conscientização sobre a problemática ambiental. No âmbito escolar a EA assume uma real importância para a devida formação de indivíduos críticos e conhecedores da crise ambiental. É dentro deste contexto, que o professor, enquanto sujeito da educação é, portanto, um dos sujeitos relevantes no processo de implementação das propostas educativas de EA. Assim, para a compreensão do papel do professor é preciso conhecer sua formação e concepções, não só de EA, mas também de caráter social. Analisaram-se as concepções dos professores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) sobre a EA. Identificaram-se as formações iniciais, as atividades realizadas pelos professores com seus alunos em relação ao tema e relacionaram-se as concepções que os professores possuem acerca da EA com suas diferentes correntes pedagógicas. Foram realizadas as entrevistas nas três escolas municipais urbanas de Humaitá, Amazonas. As entrevistas foram semiestruturadas, utilizou-se do método qualitativo e, seguindo o roteiro flexível com os professores. Os resultados obtidos foram analisados a partir da proposta histórico-crítica, com a fundamentação no método Dialético. Essas análises foram então relacionadas com as diferentes tendências pedagógicas de EA saber: Educação Ambiental Conservadora, Educação Ambiental Crítica, Educação Ambiental Emancipatória e Ecopedagógica. Nas escolas 34 professores das disciplinas de português, ciências, matemática, geografia, história e inglês responderam as entrevistas semiestruturadas, relacionando a EA com problemas que estão acontecendo no mundo e no município de Humaitá. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam que a EA seja tratada como tema transversal, no entanto os temas ambientais não são tratados como deveriam em sala de aula. As atividades que são realizadas nas escolas relacionadas à EA são muito limitadas, sendo colocadas na maioria das vezes apenas em datas comemorativas. Não existe um trabalho interdisciplinar nas escolas, sendo colocado os temas ambientais apenas como obrigação dos professores de ciências. Os entrevistados colocaram em questão que os problemas ambientais devem ser resolvidos pela sociedade e pelo governo em conjunto. A forma que a EA está sendo aplicada não permite que o aluno possua a capacidade de fazer uma análise crítica no contexto no qual está inserido. Das entrevistas realizadas e analisadas observou-se que a maioria dos professores tem a concepção de EA Conservadora, apenas ressaltando a necessidade de ser ter consciência ambiental, não havendo uma prática reflexiva que gere a problematização das questões ambientais. Revelando assim que a maioria dos professores reconhece as questões relacionadas à EA, no entanto ainda prevalece a visão de que deve ser tratada apenas na disciplina de ciências. Ainda impera a concepção conservadora sobre a EA que apesar de ser colocada como instrumento para enfrentar a crise ambiental não responde a questões importantes de forma crítica, como questionar a utilização do que se faz com os recursos naturais e da influência do contexto político e econômico no desequilíbrio ambiental.

Palavras chaves: Educação Ambiental; Professores; Ensino Fundamental.

Introdução

As questões ambientais têm sido foco de considerados debates no mundo, pois as questões referentes a este tema vêm preocupando o mundo todo devido aos problemas ambientais que atingem todo o planeta. Segundo Cunha e Guerra (2007) “cabe ressaltar que a compreensão das relações sociedade/natureza e da questão ambiental passa também pelo conhecimento de produção do espaço, já que a devastação do planeta pela técnica leva o homem a pensar na produção do espaço”.

As questões ambientais tanto globais como o efeito estufa, chuva ácida e perda da biodiversidade, como as regionais e locais, poluição das águas, do solo e o desmatamento, têm assumido cada vez mais importância e vêm fazendo parte da vida cotidiana de todos nós, nos levando a um questionamento sobre o modo de exploração dos recursos naturais e culturais da sociedade contemporânea.

Neste sentido, segundo Castro *et al* (2000), a Educação Ambiental (EA) surge no cenário mundial como uma área a ser implementada, tendo em vista a crescente conscientização sobre a problemática ambiental, do qual é vitimado todo o planeta, sem distinção entre países ricos ou pobres. Desse modo há uma grande preocupação em como a EA será colocada no cotidiano da população.

Das primeiras discussões sobre Educação Ambiental em 1970, no Brasil esta só começa a ganhar relevância pública na década de 80, sendo incluída na Constituição Federal de 1988.. Porém, visto que as questões ambientais preocupam a todos colocou-se em questão que cada profissional da educação deveria ter uma prática pedagógica desenvolvida em sala de aula para tratar da EA. Neste caso podem ser destacados os seguintes documentos produzidos pelo Governo Federal, através dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente: Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs), a I Conferência Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental.

No documento orientativo PCN, o Meio Ambiente é colocado como tema transversal, pois são considerados temas transversais, temas relacionados com a biodiversidade e sustentabilidade considerados pontos importantes a serem tratados na educação formal no Brasil. A forma transversal de trabalho docente significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, vinculados à realidade cotidiana da sociedade de maneira que os cidadãos tornem-se mais participantes, e que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável (PCNs, 1998).

A prática da Educação Ambiental já é regulada no Brasil pela Lei nº 9795/1999 (BRASIL, 1999):

Art 1º. Entende-se por Educação Ambiental o processo pelo meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidade, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art 2º. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

As propostas educativas na EA estão vinculadas a diferentes concepções teóricas e ideológicas, e no Brasil tem uma relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e sociedade (LOUREIRO, 2006).

Dentro deste contexto o professor, enquanto sujeito da educação, é, portanto um dos sujeitos relevantes no processo de implementação das propostas educativas de EA. E é através de sua formação e concepções, não só de EA, mas também de caráter social que poderemos compreender o seu papel na sala de aula e na sociedade.

Dessa forma, surge à necessidade de compreender, dentro da realidade local do município de Humaitá, qual é a concepção dos professores de ensino fundamental sobre a EA,

uma vez que essas concepções influenciam suas práticas pedagógicas. Assim é possível fomentar discussões em torno das práticas e da formação do professor, buscando construir uma postura transformadora frente aos problemas locais. Para isso é necessário que os professores que participam do corpo docente das escolas conheçam os conceitos sobre EA entre os quais no projeto destacaremos as educações ambientais conservadora, crítica, transformadora, emancipatória e a ecopedagógica.

Referencial Teórico

Para entender o desenvolvimento da EA é necessário conhecer alguns marcos históricos da preocupação do homem com o ambiente. Essa preocupação faz parte da história da humanidade. Os pensamentos de artistas, filósofos e cientistas desde a antiguidade trás reflexões filosóficas sobre o homem e a natureza. No entanto, foi no século XX, que esta preocupação tomou conta do pensamento humano, devido a Revolução Industrial no século XVII. Pois este novo modelo de produção e a ciência moderna provocou o desenvolvimento tanto econômico, quanto científico de forma muito acelerada. Com isso a humanidade entra na modernidade, novas estruturas políticas, econômicas, científicas e sociais, dessa forma gerando novos problemas. Segundo Reis (2006) “a preocupação com o ambiente se acentuou quando a humanidade se viu ameaçada pelo poder de destruição total do ambiente com o marco histórico da bomba sobre Hyroshima e Nagasaki no final da Segunda Guerra Mundial”. A partir desse momento o homem se depara com o poder de destruição que o mesmo pode provocar sobre si e sobre o planeta. Dessa forma se começa a pensar uma maneira de conservar o que resta do ambiente, ou seja, uma forma de preservar o que ainda há de natureza. E assim começa a ser falado sobre a EA como uma forma de conscientizar e amenizar a destruição do ambiente.

No entanto não basta apenas saber sobre EA é necessário que haja uma transformação nos princípios éticos que orientem a decisões políticas sobre as propriedades nacionais, regionais e locais, principalmente no que se refere à educação e a cidadania, ou seja, a EA deve contribuir para o exercício da cidadania no sentido de transformação social, formando dessa forma cidadãos conscientes do problema ambiental e da sua dependência da natureza, não apenas para subsistência, mas também para seu equilíbrio.

Embora o foco da EA seja o ambiente e a conservação, diferentes concepções, objetivos e práticas educativas podem ser utilizados, dentro deste contexto o professor, enquanto sujeito da educação é, portanto, um dos sujeitos relevantes no processo de implementação das propostas educativas de EA. Por isso, as práticas educacionais que envolvem a EA desenvolvidas nas escolas estão relacionadas com as concepções que os educadores têm sobre o ambiente e as correntes de educação ambiental que seguem. Para Zarkrzewski (2003), é importante que os educadores ambientais conheçam suas próprias representações ambientais e suas correntes, visto que estas são pontos de partida da educação ambiental. E é através de sua formação e concepções, não só de Educação Ambiental, mas também de caráter social, poderemos compreender o seu papel. Pois o educador ao se trabalhar com o tema Meio Ambiente em sala de aula contribui “[...] para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global (PCNs, 1998)”. Segundo os PCNs (1998) para que isso aconteça é necessário que tanto o professor quanto a escola não tenha apenas informações e conceitos, mas é necessário que a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. No entanto esse é o grande desafio da educação, pois gestos de solidariedade hábitos tanto de higiene pessoal quanto de hábitos relacionados com o ambiente ou a educação não formal participam de pequenas negociações, ou seja, hábitos que são trazidos de

casa e outros que são desenvolvidos na escola. Dessa forma percebe-se que o aluno já traz aprendizagens de casa cabe à escola auxiliá-los.

A EA nas escolas tem sido vista como uma forma de transformação social que pode contribuir para o enfrentamento da degradação ambiental resultante do modo de produção capitalista. Visto que proporciona a melhoria na qualidade de vida a partir de ações educativas que oportunizem mudanças nas relações entre o Homem e o meio socioambiental. Uma EA Transformadora

... é aquela que possui um conteúdo emancipatório, que a dialética entre formas e conteúdos se realiza de tal maneira que as alterações na atividade humana, vinculada ao fazer educativo implica em mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicos e culturais (LOUREIRO, 2006, p. 89).

Porém, a realidade escolar demonstra a fragilidade no que tange ao tratamento destes temas, principalmente à falta de capacitação adequada aos docentes (ZAKRZEWSKI, 2003). Pois os professores sentem-se despreparados para abordar o tema com seus alunos de forma transversal. No entanto é um direito dos professores ter uma formação continuada de acordo com a Política Nacional De Educação Ambiental Lei No 9.795, De 27 De Abril de 1999, parágrafo único:

Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

No entanto quando se trata de EA na maioria das vezes os temas são colocados aos alunos apenas pelos professores de ciências ao trabalhar assuntos de seus componentes curriculares que estão diretamente ligados com os temas ambientais.

A EA precisa ser tratada de forma a conscientizar o comportamento tanto dos professores quanto dos alunos, com uma mudança voltada à sensibilidade ambiental, com transmissão de conhecimentos ecológicos em um processo de conscientização, ou seja, uma política transformadora:

A perspectiva ambiental deve remeter os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do

planeta. Para que essas informações os sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e a sua realidade cotidiana, e o que já conhecem. Nesse sentido, o ensino deve ser organizado de forma a proporcionar oportunidades para que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar nela, por meio do exercício da participação em diferentes instâncias: nas atividades dentro da própria escola e nos movimentos da comunidade. É essencial resgatar os vínculos individuais e coletivos com o espaço em que os alunos vivem para que se construam essas iniciativas, essa mobilização e envolvimento para solucionar problemas (PCNs, 1998).

Desta forma, surgem às necessidades de compreender, dentro da realidade local do município de Humaitá, quais às concepções dos professores de ensino fundamental sobre a EA. Pois de acordo com o que se é colocado nos PCNs sobre os temas transversais os professores devem ter uma postura no qual levem os alunos a transformações em relações as suas ações e seus pensamentos. Segundo Dias e Bonfim [s/d]:

a educação ambiental crítica está pautada num entendimento mais amplo do exercício da participação social e da cidadania, como prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

Metodologia

Primeiramente foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema Educação Ambiental.

Fez-se um levantamento das escolas do município de Humaitá do ensino fundamental do (6º ao 9º ano). No qual o projeto contou com a colaboração da SEMED (Secretária Municipal de Educação), que nos apresentou as escolas que trabalham com ensino do 3º e 4º Ciclo, sendo elas: Escola Municipal Irmã Carmem, Escola Municipal José C. de Menezes e Escola Municipal Dom Bosco.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (nº CAAE:14152413.7.0000.5020) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que garante e resguarda a integridade e os direitos dos voluntários participantes na pesquisa antes da realização da coleta de dados.

Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa qualitativa e adotou-se o método da entrevista semiestruturada, atendendo desta forma o objetivo geral proposto. Na abordagem qualitativa um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada (Godoy, 1995, 20-29p). Assim nesta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas seguindo um roteiro flexível com o corpo de professores dos diferentes componentes curriculares que fazem parte do Ensino Fundamental em cada uma das escolas selecionadas. A entrevista semiestruturada consiste em uma conversação onde o pesquisador interroga diretamente o informante e é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração em profundidade (GRESSLER, 2004, 295p).

O universo total de professores das escolas selecionadas, que foram entrevistados, ficou restrito pelo menos a um turno, considerando que grande parte das escolas funciona em mais de um turno.

Os dados foram analisados a partir de uma proposta histórico-crítica, com fundamentação no Método Dialético, que segundo Frigotto (2004, p.73) “[...] permite uma apreensão radical da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica.” Esse método tem como pressuposto que a análise parte da totalidade, buscando entender as partes que a compõem, e recompondo assim uma nova síntese que não se configura como permanente, mas encontra-se sujeita a novas análises e transformações, ou seja, visa captar e compreender os processos que caracterizam a atual situação da realidade através das contradições históricas.

Esse método como bem explicita Frigotto (2004, p.79) “[...] ao mesmo tempo explicita a dialética materialista como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríplice movimento: de crítica, de

construção do conhecimento “novo”, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação. Visto que se buscou uma forma geral de como o tema começou a ser abordado na sociedade. Com isso se tem uma história para sabermos como chegamos a esse ponto que nos encontramos. Pois não basta saber como estamos é necessário que se conheça como chegamos até aqui, para se entender a totalidade do problema.

O método dialético é capaz de alcançar o verdadeiro conhecimento, pois se aplica a totalidade da matéria, do universo, da sociedade e do pensamento humano. Funda-se na história, no real, no concreto, compreendendo um todo como reflexo da realidade objetiva, pois “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX,1985, p.25). Assim compreender a dialética da totalidade significa não somente que as partes têm relação e conexão, mas compreender que todas as partes em si tem um conhecimento onde todas as partes interagem. Com isso para compreender a totalidade é necessário buscar explicações para as várias articulações do real pela unidade do diverso para se chegar a um concreto, ou seja, estudando as partes teremos uma visão do todo.

Numa perspectiva da dialética a pesquisa educacional pode sustentar todas as categorias do materialismo histórico, pois suas particularidades e suas totalidades estão interligadas. Um objeto de estudo deve ser investigado desde seu nascimento a partir de suas relações sociais, políticas e culturais, ou seja, em toda a sua complexidade construída na realidade histórica e desta forma as particularidades que constituem o objeto vão se descobrindo até chegar à sua essência, ou seja, a sua totalidade.

Após as análises dos dados as concepções de Educação Ambiental identificadas foram relacionadas com as diferentes tendências existentes a saber: Educação Ambiental

Conservadora, Educação Ambiental Crítica, Educação Ambiental Transformadora, Educação Ambiental Emancipatória e Ecopedagogia.

Tabela 1. Comparação entre as diferentes vertentes de Educação Ambiental.

	Referenciais teóricos	Características principais	Objetivos
Educação Ambiental Convencional	Concepções holísticas-espiritualistas e sistêmicas clássicas ou funcionalistas, ambientalismo paragrâmico norte-americano; pedagogia de orientação liberal, tecnicista ou escolanovista.	Visão mecanicista de ciência cartesiana e o antropocentrismo alicerçam uma visão de mundo fragmentado da realidade, simplificando e reduzindo-a, sem perceber que a realidade tem em sua totalidade, muito além da soma de suas partes.	Ato educativo enquanto mudança de comportamento compatível a um determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultural, com uma tendência a aceitar a ordem estabelecida como condição dada, sem crítica as suas origens históricas. Não considera processos educativos que associem a mudança social a mudança societária como polos indissociáveis na requalificação das inserção do homem na natureza e na dialetização entre subjetividade e objetividade.
Educação Ambiental Crítica	Pedagogia de Paulo Freire, Teoria crítica e a teoria social crítica de Escola de Frankfurt, Edgar Morin;	Problematização das questões ambientais, praticas educativas reflexivas para nova compreensão da problemática ambiental; fortalecimento de uma ética que articule as sensibilidades ecológicas e os valores emancipadores, contribuindo para a mudança de valores e atitudes e a construção de uma cidadania ambiental sustentável.	Promover ambientes educativos de mobilização para superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo formador de indivíduos com a capacidade de identificar, problematizar e agir criticamente em relação as questões socioambientais, para o exercício de uma cidadania ativa, eticamente preocupada com as transformações de crise socioambiental vivenciada.

Educação Ambiental Transformadora	Pedagogia de Paulo Freire; pedagogia histórico-social crítica; dialética marxista da escola de Frankfurt; Teoria da Complexidade de Morin; Ecologia Política; ambientalismo radical; Miguel Arroyo; Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão;	Cultura-natureza sem estabelecer dualismos, estabelecimento de processos práticos e reflexivos que levem a consolidação de valores; valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais.	Participação no exercício da cidadania, onde o sujeito enfrenta o desafio de mudar o mundo e é modificado por ele, de forma natural, através da reflexão e do auto-questionamento, remetendo a teoria à prática. Romper com as práticas sociais contrárias ao bem estar público, a equidade e a solidariedade, estando articulada necessariamente as mudanças éticas que se fazem pertinentes.
Educação Ambiental Emancipatória	Pedagogia de Paulo Freire; teoria crítica de Frankfurt; pensamento ecológico; Teoria da Complexidade de Edgar Morin; neomarxismo; ecodesenvolvimento e a EA crítica.	Diálogo no processo ensino-aprendizagem; relações horizontais entre educador-educando; valorização do saber do educando; homens sociais, históricos e culturais; crítica, reflexão e criatividade como ingredientes indispensáveis para a transformação/libertação das relações de dominação.	Emancipação de todas as formas de dominação impostas tanto na vida e na saúde psíquica do indivíduo, que impedem sua humanização, tanto na natureza como num todo.
Ecopedagogia	Pedagogia de Paulo Freire; nova física, oposta a newtonomia; holismo, com Capra, Boff e índios latino-americanos, natureza dinâmica, auto-organizada e interativa com a sociedade.	Ultrapassar ações pontuais; inserir a crítica; nova relação com a natureza; homem inserido no ambiente; teoria e prática inseparáveis.	Busca a ordem flexível, progressiva e complexa, coordenada, independente e solidária.

Fonte: Adamo, 2006

Resultados e Discussões

Atualmente no município de Humaitá há três escolas municipais que possuem o Ensino Fundamental do (6^o ao 9^o anos). Dessas três escolas selecionadas o quadro de docentes

é formado por total de 51 das diversas disciplinas. No qual 34 responderam a entrevista semiestruturada tornando o resultado significativo às escolas municipais, pois 67% dos professores participaram respondendo o questionário. Sendo os professores das seguintes disciplinas: 03 de Ciências, 01 de Educação Física, 07 de Geografia, 05 de História, 01 de Inglês, 08 de Matemática e 09 de Português.

Os 34 questionários respondidos pelos professores das escolas municipais, apresentaram o quadro de docente formado em sua maioria por mulheres, ou seja, 25 dos professores entrevistados eram mulheres, a faixa etária dos professores encontra-se entre 25 a 45 anos, com tempo de profissão entre 1 a 20 anos.

Entre os professores entrevistados houve um número significativo em relação à opção profissional, pois 10 professores entrevistados responderam no questionário que a falta de opção os levaram a essa profissão, ou mesmo a falta de recurso para ir para outro local e/ou mesmo a necessidade em casa. Colocando em questão também o desempenho nos seus respectivos curso de formação profissional, pois se um professor não está bem com sua profissão não desempenhará seu papel da melhor forma. Diante das várias disciplinas que os professores entrevistados atuam cabe ressaltar que 32 dos professores não fizeram nenhum curso continuado referente à temática ambiental. Em seguida relataram a validade das disciplinas ministradas aos alunos e sua importância na vida dos mesmos.

Com relação ao começo de sua vida profissional alguns professores relataram a dificuldade para lidar com os alunos, por sentirem-se inseguros ao enfrentar uma sala de aula, muitos relataram também que não se acharam preparados para ministrar as disciplinas, pois alguns colocaram em questão que fizeram um curso de graduação, e nas escolas lhes era, ou é passada uma disciplina para ministrarem na qual não é referente ao seu curso de formação. Com o passar do tempo foram adquirindo segurança em sala de aula e dominando a sala de uma forma onde há uma interação professor-aluno e aluno-professor.

Ao serem perguntados sobre os PCNs 05 professores do quadro docente das escolas não os conhecem e os que conhecem trabalham alguns assuntos transversais em sala de aula com os alunos, sendo alguns muito raramente. De acordo com a Política Nacional De Educação Ambiental Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, no seu artigo art. 11, a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. O que poderia garantir ao professor um contato com temas relacionados à EA e auxílio no trabalho pedagógico na escola. No entanto, inúmeros cursos de licenciatura não tratam ainda estas questões transversais ao longo de seu currículo, o conteúdo de disciplinas fragmentadas ainda é dominante nesses currículos.

Desta forma, o professor também aborda suas disciplinas da mesma forma, dando importância simplesmente ao conteúdo obrigatório e não abordando os temas transversais, que são propostos no documento orientativo PCN.

As questões transversais são abordadas em sua maioria quando há uma data comemorativa no qual o tema é trabalhado em toda a escola. Com isso a EA sendo considerado um tema transversal não é trabalhada na sala de aula como tal, onde relatam que é um tema que tem sua relevância nas datas comemorativas, pois há palestras e trabalhos escolares voltados a ele. Além disso, na maioria das vezes não existe um trabalho interdisciplinar na escola e sim é colocado como obrigação apenas dos professores da disciplina de ciências, como se a EA ficasse a cargo apenas dos professores licenciados em ciências.

Todos os professores conhecem alguns dos problemas ambientais que afetam o município e professores abordam as questões em sala de aula, como por exemplo, falando que não se pode jogar lixo na rua e nos rios, sobre as queimadas na época do verão. Colocando a questão que todos são responsáveis pelo meio em que vivem, sendo assim a poluição considerada problema de todos, pois cada um deve fazer sua parte e assim a cidade não ficaria

tão suja, com uma poluição visual. Dessa forma a EA segundo Educação Ambiental Legal [s/d] torna-se [...] “de caráter episódico e isolado gerando impactos reduzidos, quando não nulos. Pois ficam restritas aos estabelecimentos de ensino básico, praticamente sem nenhuma penetração comunidade e nas instituições de ensino superior”.

As contribuições das disciplinas para os problemas ambientais se resumem a conversas em sala de aula com os alunos para uma educação quanto ao lixo em casa, sua forma de organizar, em relação ao não jogar lixo nas ruas e rios, mostrando alguns problemas que podem ser causados por esses atos. Os professores associam a educação ambiental apenas com a questão do lixo, não existe uma discussão mais profunda sobre o consumo exagerado, sobre o uso dos recursos naturais que é tão importante para a região amazônica, onde tem crescido o desmatamento e as queimadas e a exploração de madeira. Assim “implica alienar o ser humano de si e da natureza, que passa a ser mera externalidade e fonte inesgotável de recurso, não mediatizada, determinante instrumentalizada, que especifica uma crise de civilização (Lowy & Bensaid, 2000 *apud* Loureiro 2006), pois :

[...]é fundamental a sociedade impor regras ao crescimento, à exploração e à distribuição dos recursos de modo a garantir a qualidade de vida daqueles que deles dependam e dos que vivem no espaço do entorno em que são extraídos ou processados. Portanto, deve-se cuidar, para que o uso econômico dos bens da Terra pelos seres humanos tenha caráter de conservação, isto é, que gere o menor impacto possível e respeite as condições de máxima renovabilidade dos recursos”.

Nos documentos assinados pela grande maioria dos países, incluindo-se o Brasil, fala-se em garantir o acesso de bens econômicos e culturais necessários ao desenvolvimento pessoal e a uma boa qualidade de vida, relacionando-o com o conceito de sustentabilidade (PCNs, 1998).

No entanto o que se observa nas escolas é que a EA está resumida as práticas eventuais, com poucas discussões e análise do contexto geral, assim se desvirtuam de sua

intencionalidade transformadora, pois como afirma Santos & Sato (2003) “A Educação Ambiental dentro de sua perspectiva mais ampla tem uma intencionalidade, que é gerar novos vínculos com o ambiente imediato, seja ele natural, construído, espacial ou temporal, através de uma ética particular”.

Quando perguntados sobre quem deve resolver os problemas ambientais, os professores responderam que a sociedade e governo devem agir em conjunto com consciência, e que para desenvolver essa consciência devem ser realizadas palestras, no entanto pouca importância é dada ao papel social do professor. Pois “cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais (PCNs, 1998)”.

Porém o professor não é o único envolvido na conscientização para uma transformação na EA, conforme PCNs (1998), o rádio, a TV e a imprensa constituem uma fonte de informações sobre o Meio Ambiente para a maioria das pessoas, sendo, inegável sua importância no desencadeamento dos debates que podem gerar transformações e soluções efetivas dos problemas locais. Para que o aluno possua uma postura crítica, pois “desenvolver essa postura crítica é muito importante para os alunos, pois isso lhes permite reavaliar essas mesmas informações, percebendo os vários determinantes da leitura, os valores a elas associados e aqueles trazidos de casa”. Este tipo de conscientização também está de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, no Art. 13, que a denomina como educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Em sua maioria os professores entrevistados colocaram que seria de grande importância que houvesse uma disciplina no currículo escolar fundamental referente à EA, pois teria um professor preparado para abordar o tema de forma mais segura. Dessa forma

abordaria sobre as temáticas ambientais com os alunos, visto que a maioria dos professores das variadas disciplinas não possui curso continuado referente à temática ambiental. Mas de acordo com a PNEA:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

Ainda existe muito debate sobre a questão da Educação Ambiental ser implantada ou não como uma disciplina, até mesmo passando pelo debate da modificação da Lei. O que ocorre de fato é que na formação dos professores não existe contato com a EA nem como disciplina em muito menos como é colocada na PNEA.

Cabe ressaltar também que os professores relatam que o município não oferece cursos sobre o tema para os professores, onde alguns professores colocam em questão que seria importante um curso referente ao tema para todos os professores, ou seja, para os professores de todas as disciplinas assim teriam mais segurança para abordar os temas referentes à temática ambiental.

Assim é possível observar uma contradição em relação à EA, nos discursos oficiais a EA é colocada como uma das ferramentas para reverter à crise ambiental, no entanto o professor não é capaz de discutir e apresentar a EA de uma forma mais crítica, o que contribui pouco para uma transformação da sociedade.

Este fato configura-se como consequência da relação homem-natureza colocada através da visão romântica, de volta ao paraíso perdido e tecnicista-racionalista de que a natureza deve ser preservada, deve servir ao homem e que o conhecimento gerado pela ciência é capaz de solucionar a crise ambiental. Estas visões são estabelecidas em nossa

sociedade guiando a formação dos professores, sem considerar as condições históricas, sociais, econômicas e culturais dos diferentes períodos históricos e das diferentes sociedades.

Das entrevistas realizadas e analisadas pode-se observar o predomínio da concepção de EA Conservadora entre os professores, apesar do reconhecimento, por parte de apenas 5 professores, que a questão ambiental não se trata apenas de recolher e organizar o lixo, mas ressaltam a necessidade de ser ter consciência ambiental, não existe uma prática reflexiva que gere a problematização das questões ambientais.

A EA conservadora parte do pressuposto que há urgência em conscientizar as diferentes camadas sociais sobre os problemas que ameaçam o planeta e gerar de forma automática uma transformação nos hábitos e comportamentos para que fossem compatíveis com a conservação do ambiente. Pois para Rossetti (2010) essa vertente segue a premissa conceitual da psicopedagogia comportamental, mas considerada que entre a intenção e o gesto há um abismo de contradições. Dessa forma há uma preocupação com o meio ambiente, no entanto não há ações concretas voltada para que haja uma transformação no modo de pensar e de agir para a conservação do meio ambiente.

Conclusão

A pesquisa revelou que a maioria dos professores reconhece as questões relacionadas à EA, no entanto ainda prevalece a visão de que deve ser tratada apenas na disciplina de ciências. Ainda impera a concepção conservadora sobre a Educação Ambiental e apesar de ser colocada como um dos instrumentos de enfrentamento da crise ambiental, ela não responde a questões importantes de forma crítica, com o poder de questionar a utilização que se faz dos recursos naturais e da influência do contexto político e econômico no desequilíbrio ambiental. Cabendo ressaltar que não houve, e não há cursos continuados sobre as temáticas ambientais que deveriam ser tratados como temas transversais, no entanto ainda é colocado apenas como

obrigação dos professores de ciências. Sendo a EA resumida a eventos pequenos que em sua maioria não envolve a comunidade no qual a escola esta inserida. Observando a fragilidade em que os temas são colocados por não haver uma abordagem mais aprofundada deixando dessa forma professores, alunos e a comunidade em que estão inseridos há uma alienação com relação às questões ambientais.

REFERÊNCIA

ADAMO, Luciana Arutim. **Educação Ambiental: um olhar várias visões**. Brasília – D.F., 24 de maio de 2006.

BRASIL, Lei nº 9.795. Política Nacional de Educação Ambiental. 1999.

BRASIL, Lei Federal 9.975, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 de abril de 1999.

CASTRO, Ronaldo Souza; Spazziani, Maria de Lourdes; Santos, Erivaldo Pedrosa. Universidade, Meio Ambiente e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; Layrargues, Philippe Pomier, Castro, Ronaldo Souza. Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debates. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. A questão ambiental diferentes abordagens. 3º ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2007. p 18.

DIAS, B. C; BOMFIM, A. M. A “TEORIA DO FAZER” EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma reflexão construída em contraposição à Educação Ambiental Conservadora, [s/d].

Educação Ambiental Legal, [s/d].

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GLESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2004. 295p.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35 (3):20-29p, 1995.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F.B. Complexidade e dialética: contribuições à praxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v.27 (94), p: 131-152, 2006.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Volume 1. São Paulo, Difel, 1985.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

REIS, M.F.C.T. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, Curitiba, n. 27, p 93-110, 2006. Editora UFPRI.

ROSSETTI, Victor. Percepção sócioambiental como ferramenta da educação ambiental emancipatório. Centro Universitário FIED, 6 de junho de 2010.

SANTOS, José. E. ; SATO, Michèle. **Universidade e ambientalismo – encontros não são despedidas**. In: **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de pandora**. São Carlos: RiMa, 2003.

ZAKRZEWSKI, S.B.B (Org). **A Educação Ambiental na escola: abordagens conceituais**. 1. ed. Erechim: Edifapres, 2003. 128p.

